



Figura 2 – CARPE DIEM, 2006 (acrílico sobre tela, 170x170cm).
Fonte: Mário Vitória.

ARTIGOS

COMUNIDADE ACADÊMICA E DIREITOS DO PESQUISADOR: TENSÕES NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO¹

ACADEMIC COMMUNITY AND RESEARCHER'S RIGHTS: TENSIONS IN THE SCIENTIFIC PRODUCTION

Dina Maria Martins Ferreira²

Fazer ciência não é apenas estabelecer-se nos centros das abstrações, que apenas privilegiam a razão. Ciência pode (e deve) ser um modo de intervenção no mundo (...)
(RAJAGOPALAN e MARTINS FERREIRA, 2006, p. 7).

Porquê pensar: (...) porque pensar não é tudo. A lucidez das nossas ações pressupõe que elas sejam pensadas, mas se forem só pensadas nunca serão ações. É preciso agir e sentir porque o pensamento só é útil a quem não se fica pelo pensar. Aqueles que se arrogam a só pensar, passam a vida a espalhar a morte no que escrevem, a mesma morte que está dentro deles
(SANTOS, B., 2012, p. 40).

RESUMO

Neste artigo questionamos a tensão entre o quantitativo da produção acadêmica e a produção do conhecimento. Desenvolvemos a problemática por dois eixos. Primeiro, o volume de papéis produzidos que se perfilam pela paráfrase de informações em detrimento do desenvolvimento do conhecimento. E segundo, políticas de identidades se estabelecem no jogo político entre

pesquisador e conhecimento, cuja dinâmica processa exclusão e inclusão: ou inclusão do pesquisador pela quantidade exigida pelas 'normas' acadêmicas e conseqüente exclusão de produção de conhecimento, ou exclusão do pensador pelo abandono do excesso em prol do crescimento e inovação do conhecimento.

Palavras-chave: Conhecimento. Pesquisador. Quantitativo. Exclusão. Inclusão

¹ Parte desse estudo não só foi publicado em artigo "exclusão do saber: do pesquisador ao conhecimento", Revista Intercâmbio, XVII, 2008, www.pucsp.br/pos/lael, como também foi parte da pesquisa do 2º pós-doutoramento, Sorbonne V; as modificações e ampliações temáticas e argumentativas devem-se à proposta da Revista Cronos, UFRN,/PGCS sobre sociedade e direito, no caso, o sistema acadêmico.

² Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará; 2º pós-doutorado (2010), pela Unicamp e Sorbonne V; 1º pós-doutorado pela Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp; doutorado (1995) pela UFRJ; mestrado (1988) pela PUC/RJ. CV: <http://lattes.cnpq.br/3056318729875145>.

ABSTRACT

In this article we will carry out an assessment of the tension between the quantitative aspect of academic and knowledge production. Problematics will be developed. First, the volume of produced papers, which are characterized by the paraphrasing of information to the detriment of knowledge development. And, second, identity policies are established in the political play between the researcher and knowledge; this dynamics processes exclusion and inclusion: either the professor's inclusion because of the amount required by academic 'norms,' and, consequent exclusion from knowledge production, or his/her exclusion because of giving up excess for the benefit of growth and knowledge innovation.

Key words: Knowledge. Researcher. Quantitative. Exclusion. Inclusion.

1 CONSIDERAÇÕES

Este artigo, como o próprio título já deixa indícios, trata das questões que se arvoram no “campo” acadêmico sobre produção do conhecimento em que o “*habitus*” (BOURDIEU, 1984), que ali circula, deixa entrever normas e práticas em contínua tensão. E, neste “campo”-sociedade-comunidade, direitos têm sido camuflados e impedidos de serem realizados. Ortega y Gasset (1967, p. 52) nos avisa que “eu sou eu e minhas circunstâncias”, mas, no entanto, o que ele nos propõe não é nos vitimizarmos, mas lutar para salvar nossas circunstâncias, pois “se não salvo a

ela, não salvo a mim”. Ao propor que devemos salvar nossas circunstâncias, Ortega y Gasset entende “salvar” como compreender os sentidos de nossas circunstâncias, como se as compreendendo pudéssemos melhor vivê-las e melhor ligá-las, no caso, à nossa prática científica: “para salvar a circunstância é preciso compreendê-la, ou seja, saber o que ela significa nela mesma, na sua unidade e em suas efetivas conexões, em sua irreduzibilidade, contudo na plenitude do seu significado em nossa vida, atualizando todas as suas virtualidades” (SANTOS, V., 1998/1999, p. 63).

E, para justamente compreendermos nossas circunstâncias no espaço acadêmico, vamos entrar em dois universos conflituosos em que os caminhos do pesquisador se emaranham em uma rede cujos nós políticos oscilam de acordo com os ventos. Um diz respeito à postura ética do pesquisador que se movimenta entre o aprofundamento na produção do saber e seu direito de refletir, pensar e agir, em contrapartida às exigências *lattianas*³ que valoram o conhecimento pela quantidade de papéis publicados; o outro, questiona a validade científica do conhecimento pela escolha (ou não) entre teoria e prática. Nesses ventos políticos tortuosos, os poderes hegemônicos comandam, e até condicionam as escolhas do pesquisador em sua trilha científica, que, em seu papel de pensar “sobre” a vida, esquece que está “em” vida:

é preciso escutar mais o leigo e prestar atenção à sabedoria popular, se quisermos manter um diálogo profícuo no qual contextos aparentemente diferentes – leigo e acadêmico – possa mostrar sua interação – que, aliás, existe, apesar de algumas

³ O neologismo *lattianas* refere-se ao currículo Lattes, documento conhecido entre os acadêmicos como o da inscrição de quantidades produtivas, ou seja, temos de estar sempre acrescentando ‘pontinhos’ para nos valer da identidade de acadêmico ‘atuante’(?!).

controvérsias. A ciência pensa a vida, e como tal, pensar *sobre* a vida não elimina pensar *em* vida. É um engodo criar um espaço estratosférico para a vida da ciência, pois sem o oxigênio vital que nos cerca podemos parar de respirar e de nos alimentar da vida (aliás, não é este o objeto maior da ciência?). Pensar *sobre* indica distanciamento, pensar *em* indica o mergulho. No entanto, ambas as posições comungam no pensar: não há como excluir ramos de uma mesma teia (RAJAGOPALAN, 2003, p. 13) (itálicos do original).

Muitas vezes, ao se fixar apenas em descrever e não sentir o que se descreve, o cientista vai perdendo contanto com o cotidiano da vida, e, conseqüentemente, diluindo os referentes pragmáticos e empíricos, e, por conseguinte considerando-os ‘impuros’, já que na academia só referentes ‘puros’ podem constituir ciência (RAJAGOPALAN, 2003). Os referentes considerados ‘puros’ são aqueles que habitam o mundo da pureza, que como tal só ‘respira’, se é que respira, pela abstração. Como a própria etimologia da palavra indica, *abstraher* (latim) significa o lugar da separação: “Abstrato é o que está separado. Tratando-se de símbolos, abstrato é, portanto, o que está separado da referência, isto é, da realidade concreta” (DOLNIKOFF, 2007). Hegel (citado em FORSTER, 1998) reforça essa questão de pureza, pois alia ao adâmico da ciência a propriedade de um saber absoluto, cujo pensamento também absoluto não leva em conta as contingências da finitude que nos cerca no social. E talvez a ciência, tanto as ciências humanas quanto as exatas, igual à lógica, se arvorem da ‘pureza’ do saber científico.

E, nessa rede hegemônica do ‘puro’ contra o ‘impuro’, argumentamos sobre os direitos do pesquisador/cientista na comunidade acadêmica a partir dos pares temáticos: saber/papel e teoria/ prática.

2 O MUNDO DO PAPEL

Muitos espaços acadêmicos priorizam a quantidade de produção sem levar em conta a qualidade exigida para se alcançar o universo da ciência. Tantas são as solicitações numéricas de produção que o pesquisador para atender as ‘normas’ pode estar abrindo mão do aprofundamento do conhecimento. Como diz Waters (2006, p. 28), editor da Harvard University Press, ao explicar o que chama “eclipse do valor”,

entramos na região sombria da pesquisa acadêmica, e agora as exigências de produtividade estão levando à produção de um número muito maior de coisas sem sentido. Em épocas como esta, pesquisadores inescrupulosos e inebriados fazem alegações falsas sob a aparência de serem interessantes, mas que são também inverificáveis.

A voz cáustica de Waters sobre o que está ocorrendo no campo universitário se amplia ao valorar a produção de artigos:

o problema dos artigos ridículos publicados pelos estudos das humanidades foi em parte resultado do grande aumento do número de publicações que se espera que eles próprios (e todos os acadêmicos) perpetrem em papel ou despejem uns sobre os outros, na forma de comunicações em congressos. Esse quadro

mostra um mundo todo errado, mas o problema não se limita às humanidades. Estamos experimentando uma crise generalizada das avaliações, que resulta de expectativas não razoáveis sobre quantos textos um estudioso deve publicar. Não estou dizendo que não haja boas publicações – isso está muito longe de ser o caso –, mas o que as boas publicações têm de bom se perde em meio a tantas produções que são apenas competentes e muitas mais que não são nem isso (Waters, 2006, pp. 24-25).

Em outras palavras, é o que Gonçalves Filho (2007, p.1) também afirma sobre a produção de livros: “o modelo que as universidades adotam para a publicação de livros é o mesmo de uma fábrica de automóveis. Elas exigem produtividade, mas não exatamente qualidade”. E em resenha sobre o livro tão crítico e violento de Waters, outra voz critica a corrida que se estabelece pela publicação:

corrida pela publicação talvez jamais tenha sido tão frenética quanto hoje. Pesquisadores e professores precisam alcançar o estrelato nas avaliações de órgãos do governo, as universidades precisam obter conceitos e notas altas, programas de pós-graduação precisam sustentar suas boas fomas e tudo isso depende da produção dos docentes vinculados às instituições. Os currículos, de preferência o Lattes, precisam estar muito bem recheados para que valham algo nessa competição, daí uma explosão de revistas ruins e livros que deveriam ter sido revistas. Um *boom* de obras organizadas com jeito de coletânea escolar, artigos feitos a partir de dissertações de mestrado e teses de doutorado mal editadas, textos apressados, organizadores esbaforidos tentando aumentar um ou dois pontos na “carteira” (Ribeiro, 2009, p.2).

Mas pensamos que não é só de gritos desesperados que se desconstrói o que vem ocorrendo com o pesquisador e a produção do conhecimento, porquanto os atuais gritos seriam a ponta do *iceberg* de um tsunami que já se anunciou há décadas pela voz de Bourdieu (1984). Só que agora está aparecendo que as águas turbulentas do tsunami estão promovendo afogamentos, afinal Bourdieu (1984, p. 21) já proclamava que “não se pode excluir que análise científica, ela mesma, venha a exercer um efeito de teoria própria a transformar a visão comum do campo [acadêmico]”⁴. Aliás, para este autor,

*o prestígio científico equivale a um efeito de oficialização, de natureza semi legais: por isso, a criação de classes de notoriedade internacional fundada sobre o número de citações ou a elaboração de um índice de participação no jornalismo são operações semelhantes àquelas que os produtores de palmares realizam no seio do próprio campo (1984, p. 21)*⁵ (itálicos acrescidos).

Tentando olhar para esta problemática por outras direções, convergentes e/ou divergentes ao que já foi colocado, tal problemática pode ser pensada por outros focos: o valor do sujeito pesquisador frente ao objeto pesquisado e sua importância para o crescimento da ciência com consequente atuação social. Essa questão se amplia se a quantidade alcança o entusiasmo do saber. Dois fragmentos discursivos são as locomotivas de nossa discussão: um de Einstein (citado em TAGEBLATT, 2005) que aponta o desgosto diante do *atulhamento* de saber; e outro de Rajagopalan

⁴ Tradução livre da autora: “On ne peut exclure que l’analyse scientifique elle-même vienne à exercer un effet de théorie propre à transformer la vision ordinaire du champ”.

⁵ radução livre da autora: “(...) le prestige scientifique équivaut, on vient de le voir, à un effet d’officialisation, de nature quasi juridique : ainsi, l’établissement de classes de notoriété internationale fondée sur le nombre de citations ou l’élaboration d’un indice de participation au journalisme sont des opérations tout à fait analogues à celles que réalisent, au sein même du champ, les producteurs de palmarès”.

(2003) que critica o linguista como um derramador de pérolas. Ambos os fragmentos, de alguma forma, comungam críticas sobre a questão do amontoado, o primeiro atende a um espaço do saber mais amplo e o segundo a área dos estudos da linguagem:

(a) A comunidade dos pesquisadores é uma espécie de órgão do corpo da humanidade. Esse órgão produz uma *substância essencial* à vida que deve ser fornecida a todas as partes do corpo, na falta da qual ele perecerá. Isso não quer dizer que cada ser humano deva ser *atulado de saberes eruditos e detalhados*, como ocorre frequentemente em nossas escolas nas quais [o ensino das ciências] vai até o desgosto. Não se trata também de grande público decidir sobre questões estritamente científicas. Mas é necessário que cada ser humano que pensa tenha a possibilidade de participar com toda lucidez dos grandes problemas científicos de sua época, mesmo se sua posição social não lhe permite consagrar uma parte importante de seu tempo e de sua energia à reflexão científica. É somente quando cumpre essa importante missão que a *ciência adquire, do ponto de vista social, o direito de existir* (EINSTEIN citado em TAGEBLATT, 2005, p.4) (itálicos acrescidos); e

(b) A autoridade do linguista não é automaticamente aceita pela sociedade ampla. Ela precisa ser conquistada. E para conquistá-la é necessário usar bastante persuasão. Não é *derramando o nosso saber* – como se fosse *um punhado de pérolas em meio a um amontoado de porcos ávidos* – que vamos conseguir convencer o público leigo de que temos algo importante a dizer (RAJAGOPALAN, 2003, p.8). (itálicos acrescidos).

No primeiro fragmento Einstein (citado em TAGEBLATT, 2005, p.4) atualiza

comentários que perfilam o pesquisador como um profissional que se perde na quantidade de saberes, saberes que não atuam na prática social; e, como tal, apenas preenchem dados quantitativos necessários para alçar o profissional à importância curricular solicitada pelo Olimpo acadêmico. No segundo, Rajagopalan (2003, p.8) completa a problemática do quantitativo ao posicionar o saber na estratosfera dos eleitos que ignoram o saber do leigo; este autor levanta a questão da necessidade dos estudiosos ouvirem os leigos, já que ambos os sujeitos – pesquisador e leigo – compartilham a prática social em que convivem.

2.1 UMA QUESTÃO QUANTITATIVA

Na questão do quantitativo, o sujeito acadêmico ‘comum’ é aquele que normalmente ainda não desfila pelo tapete vermelho da Academia, que não faz parte da casta nobre, e que, por tal, se encontra na massa de um agrupamento acadêmico cujos corpos se movimentam na multidão de objetos do conhecimento valorados pela quantidade. Damos a esse acadêmico a valoração de ‘comum’ não para aplaudir aqueles ‘divinos’, mas para salientar que não estamos atribuindo a todos os acadêmicos a postura que vamos discutir. Nessa valoração, primeiramente estaria a quantidade de papéis, ou seja, o pesquisador passa a ser avaliado pelo volume de papéis que fabrica; escreve sob a ótica da paráfrase, pois há que enumerar multiplicando ‘conhecimento’, o que nos faz lembrar a piada de corredor em que o pesquisador ironicamente diz ao colega à sua frente:

– se eu ganhasse na proporção de papéis que manejo estaria rico. A segunda perspectiva do quantitativo é correlacionar a quantidade de escritos à quantidade de objetos de saber; a cada escritura pensa estar criando múltiplos objetos de saber. No entanto, cada escritura não é necessariamente um novo objeto de saber, pode ser uma releitura do objeto. Barthes (1974) nos auxilia com a ideia de que cada releitura é uma primeira leitura, ou melhor, ressignificar um texto não é obrigatoriamente apresentar um novo objeto, mas possivelmente rerepresentá-lo sob nova ótica. Por esse foco, entramos na terceira valoração do quantitativo, que se avoluma ao propiciar a cada objeto de saber novas representações. O *atulhamento* do saber ganha um lamento frente a um desejo não realizado:

a tese do representacionalismo⁶ é, ao mesmo tempo, uma *lamentação* e uma expressão de *desejo*. Ela é um gesto de *lamentação* porque afirma a incapacidade dos seres humanos de apreenderem o mundo numenal⁷ tal e qual (...) Por outro lado, ela também é uma expressão de um *desejo*, pois elege como condição ideal da linguagem a total transparência (RAJAGOPALAN, 2003, p. 31). (itálicos acrescidos).

Apesar da questão do representacionalismo se ater à teoria de linguagem, fazemos correlação metafórica às múltiplas representações que o pesquisador dá a seu objeto de pesquisa, que, para provê-lo de aparência de ciência, precisa de derivações representacionais que se agrupam em montes aleatórios. Ele precisa de qualquer maneira que seu objeto se apresente, mas como essa epifania científica nem sempre é possível ou alcançada

constrói ilusoriamente um amontoado de representações. Derrida (1999) nos possibilita continuar em nossa metáfora ao oferecer o que chama de “metafísica da presença”. Esse autor aplica a ideia de “metafísica da presença” à escritura, ou seja, nenhum texto pode aspirar a um sentido estável, pois o sentido está sempre em decentramento, na medida em que o rompimento entre significante e significado é constante, ou seja, pensamos que há uma essência do significado, quando apenas temos a ilusão de sua presença. E podemos posicionar o pesquisador nessa mesma dinâmica: ele pensa ser seu objeto de estudo o centro essencial do saber, mas, na realidade, tem à sua frente a ilusão de sua presença, na medida em que nenhum objeto de saber pode aspirar a um significado estável, estando o mesmo em contínua reprodutibilidade sem uma identidade unitária e estável. E, nessa busca de eliminar sua representatividade e mostrá-lo em sua essência, pode estar criando um amontoado de representações. Por essa situação, é que formulamos que o desejo de apresentação é o lamento das representações.

2.2 ATULHAMENTO E DESCENTRAMENTO

Alguns pensadores, inclusive os referidos – Einstein e Rajagopalan –, lutam contra a postura do excesso do sujeito cientista. Mas parece-nos que este sujeito que se perde em seu amontoado de saber ou que derrama saberes em detalhamentos ‘infinitos’ está situado em momento sócio-histórico. Ou melhor,

⁶ Representacionalismo da/na linguagem leva à problemática da linguagem como atividade construtora de mundo versus a linguagem separada dos objetos do mundo. Ver Dascal (1983).

⁷ Expressão *noumenon*, utilizada por Kant para determinar a coisa em si. Ver Kant (1978).

em um contexto mais amplo, é necessário entender que o sujeito e seu objeto de saber estão inseridos no momento da pós-modernidade, aquele em que “previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado: composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2000, p. 12). O que se pode aventar é os sujeitos pesquisadores, por estarem na prática social (acadêmica) de uma pós-modernidade, portanto fragmentados, saem em busca de um essencialismo estratégico, que aporta na quantidade aleatória de um pretensão fazer científico. A ideia do excesso quantitativo junta fragmentos do saber que constrói um centro, mesmo que seja um centro *atulhado*.

Em contexto mais específico, Sennett (2001) talvez nos dê argumentos de discussão – e não de justificativas para a persistência do *atulhamento*. Para este autor, o sujeito pesquisador motivado cria expectativas – tais como divulgação e reconhecimento – em relação ao objeto pesquisado; como as expectativas não são atendidas, começa a adiar o resultado de suas expectativas; e de tanto adiar cai na fronteira do sujeito irônico, aquele que talvez só acumule papéis, objetos, representações de objeto e até ironize em torno deles – uma forma etnocêntrica de se valorizar, pois reúne os objetos em um monte, um centro *atulhado* mas não menos centro.

A força etnocêntrica do *atulhamento* de saberes não se encontra só em uma possível justificativa para satisfação de expectativas e rearrumação de fragmentações em um centro-monte. O etnocentrismo se faz presente na própria

crítica contra o *atulhamento* de saberes. Einstein (citado em TAGEBLATT, 2005) e Rajagopalan (2003) estão presos ao etnocentrismo, na medida em que ao criticar o amontoado de saber, designam os pesquisadores como “substância essencial” e “pérola”, respectivamente. A aporia se manifesta, pois a crítica precisa do fetiche para combatê-lo: pesquisador e derramador de saber sofrem ação de fetiche, pois são representados no processo designativo como ídolos venerados – “pérola” e “substância essencial”. Sem dúvida, são designações que ratificam a posição etnocêntrica do cientista, cujas designações precisam ser utilizadas na tentativa de romper o etnocentrismo. Tais designações tentam deslocar o centro do saber pelo processo de transposição (*renversement*⁸) (DERRIDA, 1999), mas não conseguem desconstruir a oposição binária, já que não basta apenas inverter a dessimetria, porquanto se continua nas oposições binárias: pérola/porco e ciência/laico. Parece que as categorias – pérola/porco e ciência/laico – habitam a dimensão da (in)discernibilidade, ou seja, (im)possibilidade de decidir entre o falso e o verdadeiro, entre o pior e o melhor, quando talvez a questão entre Olimpo⁹ – pesquisadores – e Hades – leigos – seja uma questão do que Derrida (1999) nomeia de ‘indecidível’, ou seja, marcas são inscritas sem posições decidíveis e sem independência umas das outras.

3 PENSAMENTO ETNOCÊNTRICO

Para nos tornarmos mais didáticos, exemplificamos, tanto no campo da linguagem quanto no da física, além de adentrarmos para o mundo do sensível. A abertura ilustrativa de conceitos de áreas díspares não se propõe a picotar nossa argumentação, nem a desfocá-la e muito menos universalizá-la, mas justamente presenteá-la por uma rede de olhares que habita o pensamento etnocêntrico.

No estudo da linguagem sempre temos a vontade de organizar o que está desestruturado, fragmentado, mas, às vezes, é difícil organizar peças em um espaço pré-concebido e limitado de um sistema. Devido à desestruturação, começamos a lutar pelo estruturalismo em que a língua é validada como sistema autossuficiente, em que dados sem catalogação e função vão para o entulho. Mas o próprio estruturalismo aventa a ideia de que a língua(gem) é dinâmica. Se é dinâmica, como imaginar dados se movimentando se não houver resiliência, o vácuo necessário para que as peças se movimentem? Levando em conta a existência da resiliência para que a linguagem se movimente, a estrutura não seria tão estrutura assim, ou seja, não se fecha e nem é autossuficiente.

E exemplificando também pela ciência dura, a física, aportamos na noção de espaço em que posições diferentes optam ora pelo espaço fechado, em repouso, ora pelo espaço em curvatura, aberto.

Para Newton (citado em BARTUSIAK, 2005, p. 6), o espaço está “eternamente em repouso, sendo apenas um palco no qual se movem objetos”, ao qual fazemos

relação com o sistema estruturado da língua(gem): um jogo de xadrez, provido de dados com valor e função que se movimentam no tabuleiro estável. Nesse caso, entendemos o espaço com um contorno pré-concebido no qual são colocados os dados. Já para Einstein (citado em BERTUSIAK, 2005, p. 61), o espaço está para “a quantidade de matéria que há no universo [que] molda toda a sua curvatura. E o próprio espaço-tempo pode se expandir ou se contrair” Na visão einsteiniana, a matéria estaria para os dados de linguagem e de saberes, o universo seria a linguagem e o monte de saber; e a curvatura seria o espaço desenhado, aquele sem fronteiras, pois se delinea pelo volume de dados e de saberes. O espaço de saberes e de dados de linguagem é espaço aberto, ou seja, são os dados que dão contorno e linhas fronteiriças ao espaço, porquanto assume a possibilidade de resiliência, ou seja, o vazio que se permite a impactos de recebimento ou de evasão dos dados, que dependendo de seus movimentos ora se expandem, ora se contraem. O que queremos conquistar em termos argumentativos é que tanto uma postura estruturalista quanto uma anti-estruturalista podem estar em posição etnocêntrica: o estruturalismo por servir a um espaço limitado, gerador de centros autônomos e autossuficientes, confortável ao pesquisador dominador do saber; e o anti-estruturalismo, que, pela fragmentação e dispersão de dados, constrói também centros de fragmentos – montes com curvaturas próprias de resiliência –, que não deixam de colocar o pesquisador em torno de seu monte de saber. Todos são centros: ou

⁸ Segundo Derrida (1999), *renversement* é apontar o que foi recalçado e valorizá-lo; a leitura desconstrutora propõe-se como leitura descentrada e, por isso mesmo, não se reduz ao movimento de *renversement*, pois se estaria apenas deslocando do centro por inversão, quando a proposição radical é a de anulação do centro como lugar fixo e imóvel.

⁹ Olimpo e Hades são regiões habitadas pelos deuses gregos, corresponderiam ao Céu (clareza) e ao Inferno (subterrâneo), respectivamente, pela metafísica ocidental.

(1) construídos pela necessidade de um centramento teórico (valores e funções determinadas, se não pré-determinadas); ou (2) necessidade e atordoamento pragmáticos de acumular teorias e saberes. No centro de um sistema estruturado não se jogam dados extras; em centro composto de fragmentos se joga tudo que se pode aparar, em qualquer momento em que haja chance e intenção para tal. No espaço estruturado, o espaço comanda os dados; e, no espaço ‘resiliente’, os dados comandam o espaço. Ambos os espaços são governados, só que por direções de forças diferentes; e ratificando pelos conceitos da física, o espaço ‘em repouso’ de Newton (citado por BARTUSIAK, 2005, p. 6) comanda suas fronteiras e o espaço ‘em curvatura’ de Einstein (citado por BARTUSIAK, 2005, p. 61) se contorce sob e com seus dados.

Não queremos desdizer nem Einstein (citado em TAGEBLATT, 2005) nem Rajagopalan (2003), muito pelo contrário, só problematizamos suas vozes, pois pensamos que a questão do amontoado de saberes não é apenas escolha ou postura que toma o pesquisador, mas também o amontoado contextual e pragmático que o cerca, onde não há vacina científica que o elimine.

4 A BRIGA ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Continuamos na dicotomia do ‘puro’ e do ‘impuro’, do absoluto e da contingência. Só que estamos agora nas políticas de uma relação dialética entre saber acadêmico e questões que afetam as pessoas na

vida comum, ou seja, entre o mundo das teorias e a prática da vida.

Para ilustrar tal dissensão, utilizamo-nos de fragmento jornalístico: o texto de Dimenstein (2004) que relata sobre a experiência do cientista político Paulo Mesquita na Universidade Columbia, por ocasião de seu doutoramento. O tema de sua pesquisa, inicialmente, era o papel dos militares na transição democrática no Brasil. Mas, como diz o jornalista,

a Universidade Columbia ficava perto do Harlem, bairro negro e hispânico, em cuja década de 80, era símbolo da violência nova-iorquina. [O doutorando] começou a vivenciar que o mundo dos livros estava distanciado do mundo cotidiano que o rodeava. E naquele enorme cenário de testes em questões de segurança, Paulo Mesquita *foi alterando o seu foco de interesse* e acabou estudando mais intensamente a polícia (DIMENSTEIN, 2004, p. 19). (itálicos acrescidos).

Perguntamo-nos o que tem a vida acadêmica com a vida cotidiana. Academia e teoria atuam no mundo abstrato, da mente, do universo olímpico; e o cotidiano e a prática, no mundo concreto, da experiência e do universo comum. Trata-se de um impasse para muitos de nós, acadêmicos, que visam quebrar fronteiras na busca de *entre-espacos*¹⁰:

[Paulo Mesquita pelas calçadas do Harlem] saiu, portanto, do mundo asséptico dos livros e das leituras acadêmicas para colocar ideias em prática. A experiência já lhe está ensinando como é difícil fazer a ponte entre vida acadêmica e ação. ‘No mundo acadêmico, dizem que estou muito pragmático. No mundo pragmático,

dizem que sou muito acadêmico’ (DIMENSTEIN, 2004, p. 19).

Por que não um *tertium quid*? Não com o sentido de ficarmos em cima do muro, sem agência efetiva, mas um percurso, em que ‘puro’ e ‘impuro’ possam caminhar juntos, cujo primeiro lugar, ou seja, quem veio primeiro, dependerá da posição em que se encontra o sujeito científico.

O mundo das leituras acadêmicas e dos livros não precisam ser considerados assépticos, mas, mesmo que os consideremos como tal, é por meio deste atributo asséptico que o cientista intervém; e, se leitura e conhecimento fazem intervir, devemos requalificar o que Dimenstein (2004) chama de asséptico. Talvez o que este jornalista chame de mundo asséptico seja o do império da teoria, no qual liturgias escravizam dados a modelos teóricos, quando estes poderiam instrumentalizar uma posição de organização da desorganização dos dados da vida, que solicitam subsídios operacionais para sistematizá-los, possibilitando seu trânsito no mundo da ciência.

O império da teoria não é proprietário do universo adâmico e da inteligibilidade, ou seja, o saber acadêmico não é um centro abstrato e vagante no mundo. E o mais incrível é que mesmo que aceitemos o adâmico do teórico, ele se desfaz porque nesse pretense abstrato situam-se lutas de sujeitos que escancaram a construção de um império hegemônico para que os interesses sejam satisfeitos:

a escolha de autores [...] finda por consagrá-los [...] Seus feitos são superdimensionados e os tantos colegas que

participaram de muitas de suas empreitadas tornam rapidamente ‘colaboradores’ [...] As temáticas são frutos de escolhas arbitrárias e consequências, muitas vezes, de situações presentes [estratégias editoriais, disputas por recursos, rivalidades entre centros de pesquisa etc.]. Mais do que isso, corre-se o risco, nessa abordagem, de eternizar os conceitos e apresentar as diferenças entre as teorias como sendo meramente conceituais (OLIVEIRA, 2009, pp. 4; 8).

Este mundo adâmico é utopia, tanto que o cientista político Paulo Mesquita é mordido e sacudido pelo vírus do cotidiano, a violência do Harlem: “a experiência já lhe está ensinando como é difícil fazer a ponte entre vida acadêmica e ação” (DIMENSTEIN, 2004, p. 19). Verificamos, então, a impossibilidade de separar a vida acadêmica, com suas abstrações teóricas, da vida cotidiana, com sua prática e experiências vividas.

Outras ilustrações também se fazem ricas para justificar o impasse entre teoria e prática. A primeira mostra o conhecimento teórico atuando na prática. Na volta do trabalho, em um ônibus fretado, um cheiro desagradável exala dos fundos onde se localiza o banheiro. De tão desagradável, um cientista renomado diz: – já que não posso mudar a referência altero o sentido –; abre sua pasta de trabalho, segura um vidro de VickVaporUbi e passa em suas narinas, oferecendo o paraíso aos demais passageiros. O referente era a escatologia que ali se fazia presente, o primeiro sentido era o odor desagradável, que foi transformado em outro sentido pelo uso da pasta de hortelã. Enfim o conhecimento científico da Semântica Formal propiciou a solução de um problema

¹⁰ Entre-espacos é um neologismo que faz alusão ao termo “entre-lugar” de Homi Bhabha (1998).

cotidiano. A segunda ilustração mostra o inverso, a prática construindo teoria. A lei de Newton da gravitação universal se originou de uma prática ‘simplória’: uma maçã caindo no chão e não voando culminou na Teoria Gravitacional, que a seu tempo tornou-se revolucionária.

Esses dois exemplos nos remetem à pergunta: quem veio primeiro, o ovo ou a galinha? A teoria ou a prática? Optamos em refletir sobre a problemática de que centros hegemônicos refletem políticas de representação de acordo com nossos interesses de transeunte-cientista, que se aloca em determinado tempo e espaço.

5 O BONDE-ANDANDO NO “ENTRE-LUGAR”

Duas colocações aqui se presentificam: *bonde-andando*¹¹ e “entre-lugar” (BHABHA, 1998).

A expressão *bonde-andando* contaria duas ideias. Primeiramente, o *bonde* seria o lugar histórico em que o pesquisador-cientista caminha: o tempo e o espaço em que habita, o território de sua agência e de sua pertença enquanto sujeito. Segundo, é também um *bonde* entre tantos outros bondes que esse lugar histórico oferece – escolhemos um ou outro para subir e viajar. E nesse troca-troca de *bonde*, novos olhares emergem de acordo com a posição que tomamos no *bonde*. No emaranhado de movimentos, ou seja, no espaço histórico de pertença identitária há outras redes de movimentos para além de uma macro cronologia histórica; o sujeito pesquisador-cientista está sempre

situado, e seu olhar sobre o objeto do saber depende em qual *bonde* sobe, que, por sua vez não para, acolhendo outros sujeitos, com outros olhares e posições. Segundo, o termo *andando*, justamente, ratifica que esse(s) lugar(es)-bonde(s) não são fixos e sim contingenciais. A presença do cientista em determinado *bonde*, e não em outro, depende do lugar onde se encontra quando o *bonde* passa. E dependendo de seu lugar e de seu assento, escolhidos e disponíveis, o olhar do cientista ou foca a prática que o leva à teoria, ou carrega a teoria que o faz focar determinada paisagem de vida que o vidro da janela oferece.

E é nessa luta pela hegemonia entre teoria e prática que o “entre-lugar” (BHABHA, 1998) atua. Para Bhabha (1998, pp. 20-23),

o entre-lugar é o lugar dos sujeitos que são os excedentes da soma das partes das diferenças”, um lugar do além [que] significa distância espacial, [que] marca um progresso, [e que] promete o futuro; no entanto, [...] – o próprio ato de ir além – são incognoscíveis, irrepresentáveis, sem um retorno ao presente (itálico no original).

que, no processo de repetição, torna-se desconexo e deslocado. E talvez aí estejam as razões das hegemonias que habitam os pares conflituosos – academia/vida comum e teoria/prática –, em que sujeitos, com sua bagagem de saber, são excluídos, porquanto são considerados excedentes no descompasso das diferenças.

¹¹ A categoria *bonde-andando* é um neologismo de caráter metafórico, para dar conta de que tempo e espaço fazem parte da posição do cientista-pesquisador, ou seja, sua inscrição no momento histórico e seus movimentos contingenciais.

6 EXCLUSÃO E O DIREITO A INCLUSÃO

Primeiramente, pensamos que é importante indicar que não estamos em nossas indagações criando hostilidades entre nossos pares, pois “não há nada verdadeiro, sábio, humano ou estratégico em confundir hostilidade à injustiça e à opressão, [...] com hostilidade à ciência e à racionalidade, o que é uma tolice” (ALBERT, citado em SOKAL; BRICMONT, 1999, p. 13).

O leitor deve naturalmente estar se perguntando se os abusos de paráfrases, se o volume de produção sem inovação de conhecimento “nascem de uma fraude consciente, de auto-engano ou de uma combinação de ambos” (SOKAL; BRICMONT, 1999, p. 20). Essas questões específicas sobre atitude e intenções de determinados pesquisadores não são parte de nossa proposta. Não estamos no embate proposto por Sokal e Bricmont (1999) em relação a intelectuais de renome. A nossa proposta é um ‘pensar crítico’ sobre a postura acadêmica do pesquisador em relação ao saber.

Se o sujeito se encontra submerso nas tentativas de representação, como fica o fazer conhecimento? Será que o mundo da paráfrase não está criando uma estagnação do conhecimento, ou seja, um universalismo antiprodutivo em que o paradigma epistêmico se assentaria? Será que a cisão entre prática e teoria não esconde a potência da vida que alimenta as construções das próprias teorias? O termo “epistemicídios” (SANTOS, B., 2006a, p. 313) revela justamente um “paradigma epistemológico assente numa versão extrema de universalismo

antidiferencialista”, em que as diferenças de conhecimento e de objetos de saber são excluídos em prol da hegemonia da quantidade de celulose escrita e da abstração científica. O sistema inclusivo só admite a quantidade e abstração teórica. De ambos os lados dizeres irônicos: — Publico, logo existo; Penso, logo teorizo.

Se não priorizarmos as hegemonias, optando pelo “*renversement*” (DERRIDA, 1999), talvez possamos chegar à “ecologia do saber” (SANTOS, B., 2006b) em que o convívio entre teoria e prática e entre o saber comum e saber científico se faz harmônico. Uma coisa é optar por um caminho (ou vários, quem sabe?), posição que não exclui, até pelo contrário, coloca o conhecimento no universo saudável das diferenças. Contestar e não concordar com determinada posição teórico-prática é admitir a diferença; negar sua existência é habitar o mundo do antidiferencialismo.

Uma outra perspectiva em prol do diferencialismo é pensar o “conhecimento sobre as condições de possibilidade. As condições de possibilidade da ação humana projetada no mundo a partir de espaço-tempo local. Um conhecimento deste tipo é relativamente imetódico, constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica” (SANTOS, B., 2006b, p. 77), ou seja, fazer do conhecimento um percurso de inovação, permitir-se a transgressões metodológicas, cujo processo discursivo resulte em uma “personalização do trabalho científico” (SANTOS, B., 2006, p. 79). A paráfrase e o amontoado do saber ou só prática ou só teoria atendem ao estilo unidimensional, pois a dinâmica do conhecimento está na possibilidade diferencialista.

Parece-nos que essas brigas estão muito mais para políticas de representação tanto da identidade do sujeito acadêmico quanto do movimento do conhecimento. O pesquisador se vê dentro de um *stock* identitário em que uma das identidades é assumida, ou de produzir papel, ou de estar no mundo da paráfrase, ou estar submetido a teorias, ou ser um livre pensador, ou ser um pensador comedido ou ter direito a uma pesquisa refletida, e assim por diante. E diante de tais identificações acadêmicas, muitas vezes uma das identidades é reivindicada pelas circunstâncias do salve-se-quem-puder carreirista.

Podemos, então, equacionar esta questão entre pesquisador e conhecimento como um jogo político de exclusão e inclusão. Se o pesquisador se mantém no centro da produção de paráfrase, dá-se a exclusão do conhecimento e se o pesquisador não aderir à quantidade pode ser ele o excluído; se um saber teórico admite sua prática deixa de lado o *status* científico e se a prática faz parte da teoria, esse se torna 'impuro'. São as escolhas do pesquisador, as circunstâncias acadêmicas que vão caucionar o que/quem se inclui e se exclui. O que se percebe é que esse movimento de inclusão e de exclusão no que tange o pesquisador e o conhecimento é uma dinâmica política em que os fatores são determinados pelos interesses e habilidades de momento.

Eis o corredor que atravessamos no mundo universitário, em que acadêmicos-pesquisadores-cientistas, ciência e vida, teoria e prática se imiscuem em um embaralhamento que talvez possa representar o mundo acadêmico em que vivemos em nosso cotidiano. Esperamos

que todo esse embaralhamento não pare em uma "fábrica de automóveis" (GONÇALVES FILHO, 2007), que o "número de publicações [não se] perpetrem em papel" (WATERS, 2006, p.24) e que a "região sombria da pesquisa acadêmica" (WATERS, 2006, p. 28) abra a porta para a luz do conhecimento. E que nas paradas de *bonde-andando*, portas se abram para novos transeuntes, se fechem ao final de cada produção científica, tornem a se abrir para a seguinte que se anuncia. Que o *bonde* sempre continue em seu movimento ecológico, retomando o já-dito e o *déjà-vu*, ampliando e alargando novas paisagens argumentativas e analíticas, e que não finalizem em Verdade, mas em situações de 'verdades'.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **Novos ensaios críticos: o grau zero da escritura**. São Paulo: Cultrix, 1974.

BARTUSIAK, Marcia Além do big bang. O universo mutante de Einstein. **National Geographic-Brasil**, p.56-65, maio, 2005.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Homo Academicus**, Paris: Minuit, 1984.

DASCAL, Marcelo. **Pragmatics and philosophy of mind**. Amsterdam: John Benjamins, 1983.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo, Perspectiva, 1999.

DIMENSTEIN, Gilberto. Paulo Mesquita contra a violência. **Jornal Folha de São Paulo**, pp.1-20, Caderno Sinapse, 31 de ago., de 2004.

DOLNIKOFF, Luis. **A arte difícil de Moacir Amêncio**. Centro Cultura Judaica, São Paulo, v.7, n. 27, 2007. Disponível em: www.revista18.uol.com.br. Acesso em: 21 jun., 2010.

FORSTER, Michael **Hegel's idea of a phenomenology of spirit** . London: The University of Chicago Press, 1998.

GONÇALVES FILHO, Antonio. O editor que não quer publicar pelo bem da ecologia, Lindsay Waters, da Harvard University Press, critica colegas acadêmicos e sugere maior rigor na hora de lançar um livro. **Controvérsia Blog**, p.1-7, 16 de set., 2007. Disponível em: <www.controversia.com.br>. Acesso em: 21 set., 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. **Os Pensadores**. São Paulo: Ed. Abril, 1978.

OLIVEIRA, Márcio de. Questões de epistemologia e teoria social contemporâneas - Três abordagens para o estudo da sociologia contemporânea. **Seminário Nacional Sociologia & Política**, Curitiba, 1, UFPR – Sociologia & Política. Mesa Redonda I, 2009. Disponível em: <www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica>. Acesso em: 10 jun., 2010.

ORTEGA Y GASSET, Jose. **Meditaciones del Quijote**. Madrid: Alianza, 1967.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil; MARTINS FERREIRA, Dina Maria. **Políticas em linguagem: perspectivas pragmáticas**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2006.

RIBEIRO, Ana Elisa. Resenha: Walters, Lindsay. Inimigos da esperança. Publicar, perecer e o eclipse da erudição. **Hipertextus**, n.2, p.1-7, 2009. Disponível em: <www.hipertextus.net>. Acesso em: 21 de setembro de 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. A construção intercultural da igualdade e da diferença. In: _____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006a. p. 279-316.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006b.

SANTOS, Boaventura de Souza. Porquê pensar? In: _____. **A cor do tempo quando foge**. Coimbra: Almedina, 2012. p. 39-40. v.2

SANTOS, Vilson Ribeiro. **O homem e sua circunstância: introdução à filosofia de Ortega y Gasset**. São João del-Rei, n. 1, 1998/1999, p. 61-64. Disponível em: <www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/.../texto06_ortegaygasset.pdf>. Acesso em: 25 ago., 2010.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOKAL, Alan; BRICMONT, Jean. **Imposturas intelectuais: o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos**. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 1999.

TAGEBLATT, Berlim. Veja o que Einstein pensava sobre a relevância da divulgação científica. **Jornal de Ciência e Tecnologia**, p.1-4, ago., 2005.

WATERS, Lindsay. **Inimigos da esperança: publicar, perecer e o eclipse da erudição**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.